

# Japão não vai receber antes

**Washington** — O assessor para a dívida externa Fernão Bracher, afirmou ontem que não seria possível ao Governo fazer um pagamento parcial só aos japoneses, cujo ano fiscal está por terminar. Ele alegou a necessidade de se «tratar equitativamente» todos os credores. Durante entrevista o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, disse que continuam as consultas técnicas com os bancos privados, aos quais o país deve cerca de 70 bilhões de dólares.

A principal reunião dos representantes brasileiros que participaram da assembléia anual do FMI e do Banco Mundial é com os bancos japoneses, especialmente o Banco de Tóquio.

O ano fiscal nipônico termina precisamente este mês e as instituições japonesas enfrentam problemas para fechar seus livros contábeis, enquanto o Brasil, numa decisão de última hora, resolveu, segundo o próprio ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, efetuar um pagamento simbólico dos juros vencidos, aos bancos indistintamente. Os bancos japoneses podem ter de assumir prejuízos ou criar reservas, enquanto Tóquio prepara um pacote para investir bilhões de dólares no terceiro mundo, especialmente na América Latina. Bresser Pereira já manifestou publicamente interesse nessa reciclagem de «nipodólares».

## **Proposta**

O Brasil suspendeu o pagamento dos juros de seus débitos junto aos bancos privados em fevereiro. Na sexta-feira passada, Milliet e Bracher apresentaram propostas ao comitê de assessoramento dos bancos credores, ao mesmo tempo em que solicitaram mais de 10 bilhões de dólares para refinarçar ou capitalizar parte dos juros que vencem entre 1987 e 1989. O Brasil propôs também refinarçar sua dívida de médio e longo prazo sem taxas de risco (**spread** zero) e converter parte dos débitos em bônus de saída, com juros variáveis.

Bresser Pereira, após a reunião de segunda-feira pela manhã com o secretário norte-americano do

Tesouro, James Baker III, anunciou que o Brasil poderia fazer um pagamento simbólico sem revogar a moratória. Os bancos há meses vinham sugerindo esse pagamento e há semanas propuseram um acordo de curto prazo enquanto o quadro político interno brasileiro não ganha definição.

Os bancos também vinham se queixando de que até agora as propostas brasileiras eram muito genéricas, sem detalhes técnicos. Acredita-se que os credores farão uma contraproposta ao Brasil na reunião marcada para a próxima sexta-feira em Nova Iorque, mas consultado, Bracher não quis confirmar essa possibilidade.

## **Advertência**

Se por um lado o secretário Baker aliviou o tom sobre o Brasil e disse após o encontro com Bresser que a proposta brasileira era digna de consideração e que as negociações entre o Brasil e os bancos comerciais e o Brasil e o FMI eram assuntos separados, por outro o Clube de Paris enviou carta ao Brasil advertindo que não estenderá os prazos da dívida brasileira com vencimentos no segundo trimestre de 1987. O Clube de Paris, entidade que congrega informalmente os credores oficiais — bancos centrais — advertiu ainda que o Brasil deve acelerar os pagamentos dos compromissos vencidos no primeiro trimestre do ano em curso, que haviam sido renegociados em 1986.

Bracher, entretanto, declarou que a carta do Clube de Paris não tem nada a ver com o clima favorável que ora se descortina nos Estados Unidos com relação ao Brasil. A carta decorreu apenas de uma «decisão técnica em função das normas do Clube», salientou o assessor de Bresser Pereira.

O prazo para que o Brasil chegasse a um acordo de 500 milhões de dólares com o Clube de Paris venceu em 15 de setembro. O Clube também voltou atrás e sugeriu que o Brasil inicie logo negociações com o FMI. Ontem, Bresser Pereira reiterou que só pretende fazê-lo após conversar com a banca comercial.